Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 94

n. 124

São Paulo

terça-feira, 3 de julho de 1984

PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI N.º 4.108, DE 2 DE JULHO DE 1984

Cria e extingue cargos de Juiz de Tribunais de Alçada do Estado

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Ficam criados, no Quadro Permanente da Justiça (Q.J.P.P.), dez (10) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada Criminal, referência VII, para a constituição, com cinco juízes cada uma, de duas novas Câmaras, numeradas ordinalmente 11.ª (Décima Primeira) e 12.ª (Décima Segunda), que formarão o 6.º (Sexto) Grupo de Câmaras.

Parágrafo único — Dos cargos ora criados, oito (8) serão preenchidos por juízes de carreira e dois (2) são reservados às duas classes do quinto constitucional (artigo 144, inciso IV, da Constituição da República).

Artigo 2.º — Ficam extintos, na medida em que se vagarem, dez (10) cargos de Juiz do Segundo Tribunal de Alçada Civil, referência VII, oito (8) dos quais de carreira e dois (2) do quinto constitucional, um provindo da classe dos advogados, outro do Ministério Público, na ordem em que se der a vacância, a partir da vigência desta lei.

Parágrafo único — Enquanto não se completar a extinção de todos os cargos, os juízes remanescentes de Câmara sem "quorum" para funcionamento serão aproveitados na forma que dispuser o Regimento Interno do Tribunal.

Artigo 3.º — As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias do Tribunal de Alçada Criminal, ficando autorizados os remanejamentos necessários de saldos do 2.º Tribunal de Alçada Civil para aquele Tribunal.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de julho de 1984.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

João Sayad, Secretário da Fazenda

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Roberto Gusmão, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 2 de julho de 1984.

DECRETOS

DECRETO N.º 22.419, DE 2 DE JULHO DE 1984

Delega competência ao Secretário dos Transportes para fixação de tarifas de pedágio das estradas estaduais

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 34, inciso XXV, da Constituição Estadual,

Decreta:

Artigo 1.º — É delegada ao Secretário dos Transportes competência para fixar, por ato próprio, as tarifas de pedágio das estradas estaduais, observadas as normas legais atinentes à espécie.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor em 5 de julho de 1984, ficando revogados os decretos n.º 19.894, de 11 de novembro de 1982, n.ºs 21.304 e 21.305, ambos de 31 de agosto de 1983.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de julho de 1984.

FRANCO MONTORO

Adriano Murgel Branco, Secretário dos Transportes

Roberto Gusmão, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 2 de julho de 1984.

DECRETO N.º 22.420, DE 2 DE JULHO DE 1984

Autoriza a celebração de convênios com Municípios para o estabelecimento de programas de proteção ao consumidor

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 34, inciso XVI, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969),

Decreta:

Artigo 1.º — Fica o Secretário de Estado de Economia e Planejamento autorizado a celebrar, com os Municípios do Estado de São Paulo, convênios destinados à implantação de serviços locais de proteção ao consumidor, observadas as disposições das Leis Estaduais n.º 1.093, de 20 de dezembro de 1978, e n.º 3.747, de 9 de junho de 1983.

Parágrafo único — Os convênios serão celebrados nos termos do modelo anexo, respeitadas as peculiaridades de cada Município.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de julho de 1984.

FRANCO MONTORO

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Roberto Gusmão, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 2 de julho de 1984.

CONVÊNIO que entre si celebram o Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Economia e Planejamento, e o Município de..., com a finalidade de execução de programa de proteção ao consumidor no âmbito municipal.

Pelo presente instrumento, o Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, com sede na Capital, no Palácio dos Bandeirantes, à Av. Morumbi, s/n.º, neste ato representada por seu Titular..., devidamente autorizado pelo Governador, nos termos do Decreto n.º 22.420, de 2 de julho de 1984, a seguir denominada simplesmente Secretaria, e o Município de..., representado pelo Prefeito Municipal..., devidamente autorizado pela Lei Municipal n.º..., adiante chamado apenas Município, celebram o presente convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Objeto

CLÁUSULA PRIMEIRA — O objeto do presente convênio é o estabelecimento de cooperação técnica entre a Secretaria, por intermédio do Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor — PROCON, e o Município, visando à prestação de serviços de proteção ao consumidor, no âmbito municipal, atendendo aos objetivos enunciados no artigo 3.º da Lei Estadual n.º 1.903, de 20 de dezembro de 1978.

Obrigações da Secretaria

CLÁUSULA SEGUNDA — A Secretaria compromete-se a prestar ao Município assistência material e técnica consistente em:

a) fornecimento, nas quantidades que julgar suficientes, de material educativo para esclarecimento e conscientização da comunidade com relação aos direitos do consumidor, manuais de padronização do atendimento, encaminhamento de reclamações e elaboração de recomendações, além de formulários e fichas necessários ao funcionamento do serviço;

b) treinamento de pessoal indicado pelo Município, mediante estágio, na forma estabelecida pela Secretaria, objetivando a execução de atividades de proteção ao consumidor.

Obrigações do Município

CLÁUSULA TERCEIRA — Compete ao Município:

a) criar e manter órgão local de proteção ao consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) selecionar o pessoal destinado a treinamento no PROCON;

c) encaminhar ao PROCON, até o dia 10 de cada mês, relatório dos serviços prestados pelo órgão local de proteção ao consumidor, respondendo aos quesitos formulados pela Secretaria;

d) dar ciência à Secretaria, por intermédio do PROCON, dos convênios, acordos ou trabalhos realizados em conjunto com outras entidades voltadas para a defesa do consumidor.

AGENDA DO GOVERNADOR

Dia 3 de Julho — Terça-feira

9 h Secretário dos Transportes
9 h 30 Viagem a Itaquaquecetuba
10 h 30 Cerimônia de instalação do Programa Saneamento Metropolitano, que beneficiará 300 mil habitantes de 22 Municípios da Grande São Paulo — Local: Itaquá Atlético Clube — Rua Cap. José Leite, 150
À tarde: Audiência com os Prefeitos Municipais

Seção I

Esta edição de 44 páginas contém os atos normativos e de interesse geral.

Secretarias	2	Concursos	21
Universidades	14	Assembléia Legislativa	25
Ministério Público	15	Diário dos Municípios	34
Tribunal de Contas	17	Prefeituras	40
Editais	19	Boletim Federal	42

CLÁUSULA QUARTA — O Município prestará os serviços de proteção ao consumidor em nome próprio, comprometendo-se a utilizar o nome do PROCON exclusivamente nos casos em que tenha sido previamente autorizado pela Secretaria.

Disposições Gerais

CLÁUSULA QUINTA — Os convenientes assumem o compromisso de discutir os problemas e denúncias que exijam, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, podendo, entretanto, ser desfeito a qualquer tempo por mútuo consentimento dos partícipes ou denúncia de qualquer deles com antecedência de 60 (sessenta) dias, ou, ainda, alterado de comum acordo mediante a lavratura de termo aditivo, observada, nesta última hipótese, a necessidade de aprovação governamental, de conformidade com o artigo 34, inciso XVI, da Constituição Estadual.

CLÁUSULA SEXTA — As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta das verbas próprias das dotações orçamentárias dos convenientes.

CLÁUSULA SÉTIMA — O presente convênio vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, prorrogável por iguais períodos, automática e sucessivamente, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, podendo, entretanto, ser desfeito a qualquer tempo por mútuo consentimento dos partícipes ou denúncia de qualquer deles com antecedência de 60 (sessenta) dias, ou, ainda, alterado de comum acordo mediante a lavratura de termo aditivo, observada, nesta última hipótese, a necessidade de aprovação governamental, de conformidade com o artigo 34, inciso XVI, da Constituição Estadual.

CLÁUSULA OITAVA — Fica eleito o Fórum João Mendes Júnior, da Capital de São Paulo, para dirimir as dúvidas acaso originárias deste convênio que não possam ser resolvidas por comum acordo entre os partícipes.

São Paulo, de de 1984.

Secretário de Estado

Prefeito Municipal de

Testemunhas:

1)

2)

DECRETO N.º 22.421, DE 2 DE JULHO DE 1984

Autoriza o afastamento de funcionários e servidores públicos estaduais para a participação nos XXIII Jogos Olímpicos da Era Moderna

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica autorizado, nos termos dos artigos 50 da Lei Federal n.º 6.251, de 8 de outubro de 1975, 175 do Decreto Federal n.º 80.228, de 25 de agosto de 1977 e 75 da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968, para o período de 25 de julho a 15 de agosto de 1984, o afastamento de funcionários e servidores públicos estaduais que, oficialmente convocados, venham a integrar a representação desportiva nacional, participante dos XXIII Jogos Olímpicos da Era Moderna, a serem realizados em Los Angeles, Estados Unidos da América.

Artigo 2.º — Para obtenção do benefício previsto no artigo anterior, deverão os interessados atender, no que couber, as exigências contidas no artigo 5.º do Decreto n.º 52.322, de 18 de novembro de 1969.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de julho de 1984.

FRANCO MONTORO

Roberto Gusmão, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 2 de julho de 1984.

DECRETO N.º 22.390, DE 25 DE JUNHO DE 1984

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria dos Negócios Metropolitanos, visando ao atendimento de despesas com Outros Serviços e Encargos, e para subscrição de ações da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo — EMPLASA

Retificação do D.O. de 26-6-84

Tabela 2		Valores em Cr\$
SUPLEMENTAÇÃO		
25	Secretaria dos Negócios Metropolitanos Administração Direta	
25.01	Secretaria dos Negócios Metropolitanos	
	TOTAL	5.458.000.000
onde se lê:		
	2.ª Quota	2.600.000.000
	3.ª Quota	2.858.000.000
leia-se:		
	3.ª Quota	2.600.000.000
	4.ª Quota	2.858.000.000